

ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE: EVOLUÇÃO, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS¹

Grace Kelly Lula de Moura²

Aluísio Alberto Dantas³

RESUMO

O crescimento econômico de uma localidade é normalmente identificado pela variação do valor real do seu Produto Interno Bruto (PIB) durante determinado período de tempo. Vários são os fatores explicativos desse crescimento, destacando-se principalmente o investimento e a demanda agregada. A presente pesquisa avalia o desempenho do crescimento econômico do Rio Grande do Norte durante a última década e descreve a situação atual, indicando cenários e perspectivas da atividade econômica do Estado. Justifica-se o estudo, considerando os favoráveis indicadores de crescimento em perspectiva futura, a nível regional, fruto do elevado nível de investimento em capital fixo e de atração de demandas externas configuradas recentemente. A pesquisa confirma que os cenários são favoráveis ao crescimento da economia do Rio Grande do Norte, considerando as vantagens comparativas de investimentos estruturantes e de aspectos locais de contextos macroeconômicos, principalmente relacionados ao funcionamento do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, da Zona de Processamento de Exportações de Macaíba, da Zona de Processamento de Exportações do Sertão e do Pólo de Energia Eólica do Rio Grande do Norte. Esses projetos indicam efeitos multiplicadores da produção, renda, demanda e emprego, promovendo o crescimento econômico em condições diferenciadas e fortemente relacionadas às demandas potenciais do novo contexto de investimentos do grupo das economias emergentes do BRICS (Brasil – Rússia – Índia – China – África do Sul).

Palavras-chave: Crescimento econômico. Demanda agregada. Investimento. Produto Interno Bruto.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização MBA em Gestão Estratégica de Negócios da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN).

² Bacharel em Administração de Empresas e Especialista MBA em Gestão Estratégica de Negócios.

³ Economista, mestre em economia e professor de economia empresarial do MBA em Gestão Estratégica de Negócios da FARN.

ABSTRACT

The economic growth of a location is usually identified by the variation of the real value of its Gross Domestic Product (GDP) during a given period of time. There are several explanations for this growth, emphasizing mainly investment and aggregate demand. This research evaluates the performance of economic growth in Rio Grande do Norte, during the last decade and describes the current situation, indicating scenarios and prospects for economic activity in the state. The study is justified, considering the favorable growth indicators at the regional level for the future, due to the high level of investment in fixed capital and to attraction of external demands. The research confirms the scenarios are conducive to growth of the economy of Rio Grande do Norte, considering the comparative advantages of structuring investments and local aspects of macroeconomic contexts, mainly related to the operation of the international airport in Sao Goncalo do Amarante, the Export Processing Zone of Macaíba, the Export Processing Zone of Açu and the Pole of the Wind Energy in Rio Grande do Norte. These projects indicate the multiplier effects of production, income, demand and employment, promoting economic growth in different conditions, closely related to the potential demands of the new context of the investment block of the emerging economies of the BRICs (Brazil - Russia - India - China - Africa South).

Keywords: Economic growth. Aggregate demand. Investment. Gross Domestic Product.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento econômico constitui um dos principais objetivos das políticas macroeconômicas e que usualmente é pretendido por todas as nações. Teorias e modelos de condução do crescimento econômico impuseram-se como uma das mais expressivas propostas de política econômica e que tem permeado os domínios do conhecimento e da ação humana das últimas décadas (KUZNETS, 1974).

Os dirigentes e candidatos à gestão de nações, estados e municípios normalmente assumem o propósito do crescimento econômico como um projeto político da mais relevante expressão social, cujos efeitos são extensivos a resultados que refletem melhorias das condições de vida e que são apresentados sob a forma de indicadores quantitativos e qualitativos que expressam a ampliação da capacidade produtiva, mediante a realização de investimentos que promovam a geração de empregos e de rendas nos diversos segmentos sociais da localidade.

Antes de tudo, é imprescindível tornar nítida a distinção existente entre as terminologias ‘crescimento’ e ‘desenvolvimento’ quando relacionadas ao desempenho econômico de uma região. Crescimento econômico entrevê aumento da capacidade produtiva da economia ou de sua força de trabalho, ou ainda o acúmulo de receita ocasionado por essa dinâmica. Relaciona-se basicamente a indicadores como demanda agregada, Produto Nacional Bruto per capita – PNB, Produto Interno Bruto – PIB, taxa de desemprego e outros indicadores que expressam o desempenho da atividade econômica. O desenvolvimento econômico, por sua vez, abrange alterações na estrutura econômica vista por um viés social, uma vez que tem como característica principal a melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, estão nele envolvidas nuances do crescimento econômico, de forma tal que a dinâmica dos seus indicadores consiga estabelecer, de maneira sustentável, o acréscimo da renda e melhores condições de vida à população que seja alvo das políticas macroeconômicas aplicadas na ocasião (VASCONCELLOS, 2001).

O presente artigo vislumbra identificar algumas características contemporâneas do cenário econômico do Rio Grande do Norte, no tocante ao seu crescimento, objetivando descrever a realidade dos aspectos socioeconômicos, bem como seus

desdobramentos, vinculando-os a perspectivas factíveis de crescimento da economia regional em um futuro próximo para o Rio Grande do Norte.

Em um ambiente marcado pelo aldeamento global e por mudanças e atualizações quase que instantâneas e capazes de influenciar distâncias antes inimagináveis, é imprescindível levar em conta o acompanhamento dos diversos fatores que movem o país, ainda que no âmbito mais restrito das unidades federativas, caso em que se enquadra a presente pesquisa. Aqui, a economia do Rio Grande do Norte é o fator em epígrafe, e a pertinência da pesquisa em curso justifica-se em função da sua importância, uma vez que o estudo do crescimento econômico de uma determinada região sempre se apresenta relevante, em especial quando é desenvolvido com vistas a identificar perspectivas e propostas que contribuirão para a elaboração ou adequação das políticas econômicas desenvolvidas e que podem ser aplicadas na localidade. Sabe-se que inerente ao planejamento de uma região são os ajustes e modificações nos planos e programas que o compõem, relevando-se o constante movimento dos mercados e as intempéries da economia como um todo.

Para tanto, esse estudo viabiliza a capacidade de vislumbre da evolução da economia do RN, tendo sido desenvolvido com base em mudanças econômicas, tecnológicas e geopolíticas do estado, atuais e futuras, todas com tendências que merecem urgente destaque. Para desenvolver a presente pesquisa fez-se uso de bibliografias, dados estatísticos oficiais, conteúdos jornalísticos e periódicos, bem como de entrevistas com atores direta e indiretamente envolvidos no planejamento de projetos relevantes para o Rio Grande do Norte.

Valendo-se do atual cenário econômico nacional e das perspectivas que investimentos externos e projetos estruturais – o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, as ZPE's, as usinas eólicas e a Copa de 2014, dentre outros previstos para o Rio Grande do Norte - o estudo foi motivado pelo objetivo de mapear, da forma mais realista possível, as tendências do crescimento econômico norterio-grandense, a partir da década atual, utilizando o histórico de indicadores que aqui coadjuvam, pertencentes à década de 2000, como parâmetro para comparações e conclusões ao final. Espera-se lograr êxito no levantamento e análise dos resultados obtidos, no intuito de propor diretrizes mais próximas da realidade e que, portanto, sejam capazes de contribuir com a aceleração do crescimento do estado.

Analisa-se no presente estudo o crescimento econômico do estado do Rio Grande do Norte, interpretando-se o comportamento e características de sua evolução e da situação atual. Conclui-se o artigo com a descrição de aspectos relacionados a cenários e perspectivas favoráveis ao crescimento da produção agregada de bens e serviços, da renda, da demanda, do emprego e, enfim, do crescimento econômico do Estado. Contempla o estudo a revisão da literatura que fundamenta as abordagens teóricas do crescimento econômico; os capítulos seguintes analisam o crescimento do Rio Grande do Norte, destacando-se a sua evolução histórica, a situação atual e perspectivas. Ao final formulam-se propostas que são favoráveis ao fortalecimento da produção, da renda e do emprego agregado e de políticas macroeconômicas de crescimento econômico do Rio Grande do Norte.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A literatura econômica indica que uma das mais destacadas teorias do crescimento econômico foi escrita e publicada por Simon Kuznets – “Teoria do Crescimento Econômico Moderno. Taxa, Estrutura e Difusão” (KUZNETS, 1974). O crescimento econômico é tema de relevante importância para a análise econômica e um dos principais objetivos de política macroeconômica, cujo argumento indica a necessidade da descrição, no presente capítulo, dos elementos teóricos que permeiam a literatura específica, principalmente os enfoques e abordagens desenvolvidas por John Maynard Keynes – “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda; Inflação e Deflação” (KEYNES, 1983).

Deve-se destacar, a princípio, que a temática do crescimento econômico é comumente estudada sob a perspectiva da avaliação de fatores e indicadores que, em sua maioria, são expressos em informações quantitativas. A análise qualitativa normalmente consiste na avaliação do comportamento das variáveis que explicam o referido crescimento e na descrição do histórico do Produto Interno Bruto – PIB e da renda agregada no processo de produção. O crescimento econômico é ainda expresso pelo nível de emprego e da demanda agregada de bens e serviços, verificada durante determinado período de tempo, no contexto macroeconômico em análise (VASCONCELLOS, 2001).

A contabilidade social registra o desempenho da economia, fazendo a mensuração do PIB sob as óticas da produção, da renda e da demanda. O modelo teórico, descrito como neokeynesiano, apresenta a demanda agregada formada pelas despesas de consumo (C), investimentos (I), gastos públicos (G) e pelo saldo líquido da balança comercial determinado pelas exportações menos as importações ($X - M$). De acordo com o modelo, a demanda das famílias é expressa nas despesas de consumo privado (C); a demanda das empresas, constante da formação bruta de capital fixo, é o total de despesas em investimento privado (I); a demanda pública é realizada e medida pelos gastos públicos (G); e a demanda externa é expressa pela balança comercial e constante do balanço de pagamentos do país (VASCONCELLOS, 2001).

A análise teórica dos modelos que explicam o crescimento econômico deve levar em consideração a abordagem contemporânea da gestão nas organizações, a qual tem sido tema exaustivamente debatido nos últimos tempos. Suas novas tendências, delineadas e lapidadas ao longo dos anos sob grande influência da dinâmica peculiar que têm os mercados e sob o advento do aldeamento global (ou globalização), têm trazido modificações deveras relevante ao desempenho das organizações. Essas alterações se revelam não apenas no ambiente isolado de cada empresa, mas, e principalmente, como organismos fortemente influenciadores da sociedade e da economia no que concerne, por exemplo, o estímulo ao consumo e à inserção de novas práticas e hábitos, bem como o incentivo à inovação tecnológica dos mercados, este último visto como fator decisivo à temática do crescimento econômico.

É expressiva a informação de que as práticas de gestão têm o poder de interferir de maneira negativa ou positiva – a depender da forma com que sejam empregadas – na cultura dos atores que lhes dão vida, sejam eles colaboradores, fornecedores e mesmo concorrentes. Essa assertiva equivale a dizer que a gestão aplicada a partir de métodos modernos como o *benchmarking*, que para REH (2010) “é o processo que determina quem é o melhor, quem define o padrão e que padrão é esse.”, ou o *learning organization*, por exemplo, tendem a estimular o mercado à competitividade, um processo salutar e bastante eficiente no tocante à criação de cenários favoráveis à especialização de habilidades profissionais, busca por preparo técnico e profissionalização das organizações de modo geral, todos esses aspectos que convergem para a influência do crescimento econômico.

Esses fatores, vistos sob a ótica ampliada que a temática exige, conseguem exercer forças reais sobre a realidade econômica, de forma a dinamizar políticas de incentivo – governamentais e privadas – a práticas administrativas estruturais, que vão desde a gestão mercadológica, que constrói relacionamentos sólidos capazes de movimentar a economia de maneira mais linear e crescente, passando pelo planejamento tributário – foco constante da gestão pública no que concerne o incentivo ao crescimento das organizações e melhoria da qualidade de vida da população – ou pela gestão da produção e da qualidade, inserindo tendências padronizadas alicerçadas nos princípios da eficiência e da eficácia, cujas práticas implicam em constante reflexão acerca da reavaliação dos processos adotados, controle ininterrupto dos resultados e melhoria contínua

Nesse contexto, é destacável a relevância das novas tendências da gestão, sejam elas voltadas ao âmbito privado ou à prática da administração pública, ou ainda a ações de parcerias estratégicas entre ambas, visto que essas tendências são caracterizadas por ferramentas totalmente ajustáveis a quaisquer dos objetivos a que se destinam no âmbito da gestão organizacional. Matias-Pereira defende tal teoria quando afirma que:

A necessidade de estabelecer uma parceria estratégica flexível, seja entre Estados-Nação, países e organizações multilaterais, governo e setor privado, entre outras, deve ser delineada em um diagnóstico consistente. Assim, o plano estratégico a ser adotado consiste em objetivos e ações estruturados em uma base temporal para realizar estes acertos. As decisões em nível estratégico baseadas no instinto, intuição ou voluntarismo, no mundo contemporâneo, não podem mais ser adotadas, sob o risco de fracasso e prejuízos (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 4).

É igualmente pertinente, por conseguinte, refletir as perspectivas - para o crescimento econômico em específico - dessas novas tendências, a exemplo dos resultados que já têm apresentado, bem como à luz da boa prática do planejamento, que pressupõe vislumbrar tendências resultantes da combinação e continuidade de ações no longo prazo. Isso se pode constatar após revisar literatura de Rodrik et al. (2003), com base na qual ainda identifica-se convergência com a discussão em curso quando defende o autor que o fator qualidade nas instituições é determinante para alcançar níveis estáveis de crescimento da economia de uma região levando em conta o histórico de experiências, a cultura trabalhada nas instituições (privadas ou públicas) e a capacidade em flexibilizar, sem desconsiderar, contudo, a relativa livre dinâmica dos mercados.

Ainda há que se mencionar a pertinente aplicação da gestão de mudanças e cultura organizacional como influenciados da temática que dá vida a este artigo. Esse aspecto, pelas características de ambiente interno ao qual se restringe, é responsável por inserir novas culturas no meio organizacional, formas de encarar a atividade da organização e de seus colaboradores com foco na transformação e estímulo de ambientes questionadores e ávidos por transpor limites antes estabelecidos por mercados menos experientes e ousados. Esse enfoque contribui em confirmar o objetivo do presente estudo em explicar o desempenho das empresas e do crescimento econômico do Rio Grande do Norte.

Gerir mudanças é atitude contemporânea e consiste em modificar modelos já assentados, aceitos pelo meio, e criar desconforto momentâneo para atingir um fim. Mudar a cultura de uma organização já acostumada a se movimentar em um ritmo determinado, quebrar seus paradigmas, é dar início a um ciclo de estímulos que não se podem prever com exatidão as consequências reais imediatas, porém, é uma atividade amplamente viável se executada com base em planejamento prévio. Para tanto, é importante que se leve em consideração as novas tendências de mercado, os estudos psicológicos e mesmo mercadológicos sobre o comportamento humano no trabalho e na vida cotidiana e as características da própria organização que se submeterá aos novos métodos de gestão (KOTLER, 2010). Consta da literatura que, embora pareçam organismos semelhantes, e o são, cada organização tem características peculiares, sejam físicas ou processuais, o que as difere de todas as outras e lhes atribui tratamento customizado no que se refere à modificação de cultura.

Como se vê, a gestão de mudanças e cultura muito tem a ver com a gestão de pessoas, pois são elas que movimentam, de fato, a organização rumo ao sucesso ou fracasso. Sendo assim, deve-se perceber o crescimento econômico não como um fator dependente unicamente da dinâmica dos mercados em exclusividade, porém, como resultado das consequências geradas a partir de uma política de gestão criada por seres humanos, no âmbito público ou privado.

É comum pensar no crescimento econômico de uma região como um fator exógeno independente e que exerce influência endógena às organizações, unilateralmente. Do ponto de vista macroeconômico essa é uma assertiva verdadeira, porém, avalia-se aqui a capacidade da gestão organizacional como um movimento pressionador e persuasivo na tomada de decisão das políticas econômicas, revelando a ruptura da unilateralidade das influências entre os dois ambientes em discussão. Pode-se

entender, a partir daí que crescimento econômico, já definido pela favorabilidade da equação do PIB e dos níveis de renda da população, dentre outros aspectos, é uma dinâmica suscetível a variações positivas, tanto mais as práticas de gestão contemporâneas guiarem-se por objetivos vinculados ao aumento de capacidade produtiva, responsabilidade social e ambiental, manutenção e expansão da empregabilidade, ainda que os fatores de incentivo estejam combinados às perspectivas de aumento na obtenção de lucro, objetivo primeiro das organizações (KOTLER, 2010).

O contexto analítico do presente estudo parte do pressuposto que o crescimento do Rio Grande do Norte, por conseguinte, é entendido como resultante do aproveitamento das potencialidades do estado, das estratégias de distribuição de renda, da adoção da praticidade legislativa, dos incentivos dados às organizações para ampliação de produção, emprego e atuação no mercado; bem como da perspicácia em perceber continuamente as alterações constantes em fatores que podem ser manipulados pelas políticas econômicas, no intuito de posicionar positivamente o estado, como a atração de capital estrangeiro, por exemplo, fator que depende intimamente da infraestrutura da região e da estabilidade econômica do país, dentre outros aspectos. Há de se recordar que esse crescimento é diretamente proporcional aos bons resultados das habilidades mencionadas, das vantagens comparativas e contextuais do comércio internacional. Estudos indicam que, uma vez ignoradas as condições conjunturais ou mal aplicadas as estratégias de condução das ações de gestão demandadas pelas condições contemporâneas, o Estado participará de um cenário com cada vez menos progresso na economia, refletindo na qualidade de vida da sociedade (SEBRAE, 2010).

3. CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE: PIB na Década de 2000

O Produto Interno Bruto – PIB é o principal indicador da atividade econômica de um país, estado ou região específica. Os setores cujos resultados de produção são somados têm importância, uma vez que qualquer queda ou desaceleração em apenas uma atividade tem reflexo direto no resultado final do PIB. O PIB é revelado, portanto, com o resultado da soma da produção realizada dentro das fronteiras geográficas nacionais com exceção das matérias-primas utilizadas – isso inclui produtos e serviços.

As contas regionais do Brasil 2002-2008, publicadas pelo IBGE em 17 de novembro de 2010 (IBGE, 2010), apresentam as estatísticas do Produto Interno Bruto de 2002 a 2008 por grandes regiões. Conforme constam dos dados da tabela 01, as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste vêm ganhando participação no PIB desde 2002. As duas primeiras avançaram, cada uma, 0,4 ponto percentual no período, enquanto a última cresceu 0,1 ponto percentual. Sul e Sudeste perderam 0,3 ponto percentual e 0,7 ponto percentual de participação, respectivamente.

Grandes Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Tabela 01: Participação (%) das grandes regiões no PIB 2002-2008

Fonte: IBGE

Indícios de carência na integração econômica local, bem como outros tantos entraves – infraestrutura, baixos salários, etc. – conseguiram alocar o estado em patamares aquém de um nível satisfatório nos últimos anos. Entre 2002 e 2005 o PIB do estado do RN ocupou no ranking o sétimo lugar do nordeste. Em nível nacional foi o sexto PIB mais baixo, logo, localizou-se atrás de quase totalidade dos estados brasileiros nas duas modalidades. Em revisão nacional do PIB de 2002 a 2007, o IBGE identificou uma constância na concentração da participação do PIB dos estados e concluiu que mais da metade deste indicador brasileiro é preenchido predominantemente por apenas sete unidades federativas: SP, RJ, MG, RS, PR, BA, SC e DF (MOURA, 2008).

O IBGE destaca que estes oito estados mantiveram a liderança das participações no PIB do país, concentrando 78,2% da economia. Apesar desta realidade favorável, a leitura dos dados da tabela 2 mostra que, durante a década, grande parte destes estados perdeu pontos percentuais em relação a 2002, já que participavam com 79,7% no começo da série. São Paulo foi o estado que teve a maior perda, 1,5 ponto percentual. Mesmo assim, seu PIB ultrapassou, pela primeira vez em 2008, a marca de R\$ 1 trilhão (R\$1.003.016 milhões) (IBGE, 2010).

A economia do Rio Grande do Norte representa 0,8% do PIB do Brasil, ocupando a 19ª posição no ranking nacional, conforme mostram os dados da tabela 2 ao descrever a participação relativa do Produto Interno Bruto nas Unidades da Federação, no período de 2002 a 2008. A tabela destaca que as economias do Rio Grande do Norte e do estado da Paraíba ocuparam a 18ª e 19ª posição nesse período analisado.

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto													
	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
São Paulo	34,6	1ª	34,1	1ª	33,1	1ª	33,9	1ª	33,9	1ª	33,9	1ª	33,1	1ª
Rio de Janeiro	11,6	2ª	11,1	2ª	11,5	2ª	11,5	2ª	11,6	2ª	11,2	2ª	11,3	2ª
Minas Gerais	8,6	3ª	8,8	3ª	9,1	3ª	9,0	3ª	9,1	3ª	9,1	3ª	9,3	3ª
Rio Grande do Sul	7,1	4ª	7,3	4ª	7,1	4ª	6,7	4ª	6,6	4ª	6,6	4ª	6,6	4ª
Paraná	6,0	5ª	6,4	5ª	6,3	5ª	5,9	5ª	5,8	5ª	6,1	5ª	5,9	5ª
Santa Catarina	3,8	6ª	3,9	7ª	4,0	7ª	4,0	7ª	3,9	7ª	3,9	7ª	4,1	6ª
Bahia	4,1	6ª	4,0	6ª	4,1	6ª	4,2	6ª	4,1	6ª	4,1	6ª	4,0	7ª
Distrito Federal	3,8	7ª	3,7	8ª	3,6	8ª	3,8	8ª	3,8	8ª	3,8	8ª	3,9	8ª
1ª a 8ª posição	79,7		79,3		78,9		78,9		78,7		78,7		78,2	
Goiás	2,5	9ª	2,5	9ª	2,5	9ª	2,4	9ª	2,4	9ª	2,5	9ª	2,5	9ª
Pernambuco	4,4	10ª	4,3	10ª	4,3	10ª	4,3	10ª	4,3	10ª	4,3	10ª	4,3	10ª
9ª e 10ª posição	4,9		4,8		4,7		4,7		4,7		4,8		4,8	
Espírito Santo	1,8	12ª	1,8	12ª	2,1	11ª	2,2	11ª	2,2	11ª	2,3	11ª	2,3	11ª
Ceará	2,0	11ª	1,9	11ª	1,9	13ª	1,9	12ª	2,0	12ª	1,9	12ª	2,0	12ª
Pará	1,7	13ª	1,8	13ª	1,8	14ª	1,8	13ª	1,9	13ª	1,9	13ª	1,9	13ª
Mat. Grosso	1,4	15ª	1,5	14ª	1,9	12ª	1,7	14ª	1,5	15ª	1,5	14ª	1,7	14ª
Amazonas	1,5	14ª	1,5	15ª	1,5	15ª	1,5	15ª	1,7	14ª	1,5	15ª	1,5	15ª
11ª a 15ª posição	8,4		8,6		9,3		9,2		9,2		9,2		9,5	
Maranhão	1,0	16ª	1,1	17ª	1,1	16ª	1,2	16ª	1,2	16ª	1,2	16ª	1,3	16ª
Mat. Grosso do Sul	1,0	17ª	1,1	16ª	1,1	17ª	1,0	17ª	1,0	17ª	1,1	17ª	1,1	17ª
16ª e 17ª posição	2,1		2,2		2,2		2,2		2,2		2,2		2,4	
Paraíba	0,8	18ª	0,8	18ª	0,8	19ª	0,8	19ª	0,8	19ª	0,8	19ª	0,8	18ª
Rio Grande do Norte	0,8	19ª	0,8	19ª	0,8	18ª	0,8	18ª	0,9	18ª	0,9	18ª	0,8	19ª
18ª e 19ª posição	1,7		1,6		1,6		1,6		1,7		1,7		1,7	
Sergipe	0,5	21ª	0,5	21ª	0,5	21ª	0,5	21ª	0,5	21ª	0,5	21ª	0,5	20ª
Alagoas	0,7	20ª	0,7	20ª	0,7	20ª	0,7	20ª	0,7	20ª	0,7	20ª	0,5	21ª
Rondônia	0,5	22ª	0,5	22ª	0,5	22ª	0,5	22ª	0,5	22ª	0,5	22ª	0,5	22ª
Piauí	0,5	23ª	0,5	23ª	0,5	23ª	0,5	23ª	0,5	23ª	0,5	23ª	0,6	23ª
Tocantins	0,4	24ª	0,4	24ª	0,4	24ª	0,4	24ª	0,4	24ª	0,4	24ª	0,4	24ª
20ª a 24ª posição	2,7		2,8		2,8		2,8		2,8		2,8		2,9	
Amapá	0,2	25ª	0,2	25ª	0,2	26ª	0,2	26ª	0,2	25ª	0,2	25ª	0,2	25ª
Acre	0,2	26ª	0,2	26ª	0,2	25ª	0,2	25ª	0,2	26ª	0,2	26ª	0,2	26ª
Roraima	0,2	27ª	0,2	27ª	0,1	27ª	0,1	27ª	0,2	27ª	0,2	27ª	0,2	27ª
25ª a 27ª posição	0,6		0,6		0,5		0,6		0,6		0,6		0,6	

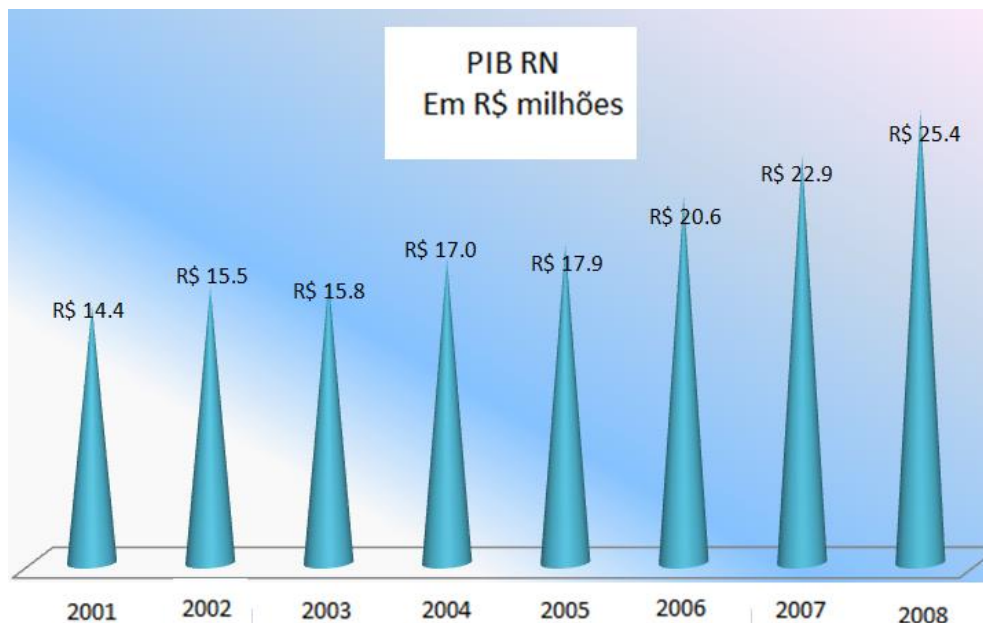
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Tabela 02: Participação relativa (%) do PIB das unidades federativas 2002-2008

Fonte: IBGE.

O crescimento da economia do Rio Grande do Norte foi 4,5% no ano de 2008, conforme consta das estatísticas sobre a variação real do PIB e apresentada na tabela 3 do IBGE, cujo índice nacional foi de 5,2%. Observa-se que essa taxa de crescimento foi

resultante do bom desempenho do setor terciário, quando o PIB real de serviços cresceu 6.2%. Este crescimento foi o 5º melhor desempenho do setor no país e foi superior à média nacional de 4,9% no ano de 2008. O desempenho favorável do valor adicionado bruto de serviços é confirmado quando comparado à variação real dos demais setores,



considerando que o setor agropecuário apresentou uma variação real negativa de 12,3% e o setor industrial cresceu apenas 1,6% no referido ano.

Gráfico 01: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE.
Fonte: IBGE

A série histórica do PIB a preços de mercado, no período de 2001 a 2008, apresenta valores crescentes a cada ano, conforme mostra o gráfico 1, elaborado com base em estatísticas do IBGE.

Os dados do gráfico explicitam, de forma simples, o comportamento do crescimento anual do PIB-RN; observa-se, porém, que esse desempenho apresenta-se modesto com relação ao percentual de crescimento da região Nordeste e do Brasil. Nessa perspectiva é que se relembra a forte influência dos grandes projetos estruturantes delineados para o estado do Rio Grande do Norte, tais como o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, as duas Zonas de Processamento de Exportação e o advento da Copa de 2014, todos configurando oportunidades irreversíveis de crescimento econômico do estado, transferindo aos responsáveis pela elaboração das políticas públicas a responsabilidade de aproveitarem o atual cenário de estabilidade econômica e perspectivas favoráveis e alavancarem o RN rumo à dinâmica intensa,

dando a relevância devida à qualificação de mão-de-obra, infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos, transportes) e demais fatores cuja saúde será essencial aos bons resultados quando da implantação plena dos projetos ora abordados.

3.1 PIB Per capita

O produto interno bruto per capita é um indicador que expressa o desempenho da economia sob a ótica da produção, da renda e da despesa do cidadão, pois o mesmo é calculado pela divisão do PIB pela população total. Tratando-se de informação quantitativa, o mesmo indica a mensuração média da produção per capita.

Em 2008 o Rio Grande do Norte registrou ainda o PIB *per capita* de R\$ 8.202,81, menor que a média brasileira, que foi de R\$15.989,75. É importante destacar que o PIB *per capita* do Rio Grande do Norte é o 3º maior da região Nordeste e 8,7% superior à média regional que é de R\$ 7.487,55 em 2008, conforme consta da tabela 2.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto			População residente (1) 1000 hab.	Produto Interno Bruto per capita
	1 000 000 R\$		Variação real anual (%)		
	Preços correntes	Preços do ano anterior			R\$
Brasil	3 031 864	2 798 736	5,2	189 613	15.989,75
Norte	154 704	139 948	4,8	15 143	10.216,43
Rondônia	17 888	15 477	3,2	1 494	11.976,71
Acre	6 730	6 158	6,9	680	9.896,16
Amazonas	46 823	43 903	4,5	3 341	14.014,13
Roraima	4 889	4 487	7,9	413	11.844,73
Pará	58 519	51 953	4,9	7 321	7.992,71
Amapá	6 765	6 199	2,9	613	11.032,67
Tocantins	13 091	11 769	6,1	1 281	10.223,15
Nordeste	397 503	367 082	5,5	53 088	7.487,55
Maranhão	38 487	32 989	4,4	6 306	6.103,66
Piauí	16 761	15 379	8,8	3 120	5.372,56
Ceará	60 099	54 606	8,5	8 451	7.111,85
Rio Grande do Norte	25 481	23 969	4,5	3 106	8.202,81
Paraíba	25 697	23 428	5,5	3 743	6.866,98
Pernambuco	70 441	65 526	5,9	8 734	8.064,95
Alagoas	19 477	18 524	4,1	3 128	6.227,50
Sergipe	19 552	17 333	2,6	1 999	9.778,96
Bahia	121 508	115 328	5,2	14 503	8.378,41
Sudeste	1 698 590	1 583 869	5,5	80 188	21.182,68
Minas Gerais	282 522	253 794	5,2	19 850	14.232,81
Espírito Santo	69 870	65 029	7,8	3 454	20.230,85
Rio de Janeiro	343 182	309 076	4,1	15 872	21.621,36
São Paulo	1 003 016	955 970	5,9	41 012	24.466,86
Sul	502 052	457 682	3,4	27 498	18.257,79
Paraná	179 270	168 491	4,3	10 590	16.927,98
Santa Catarina	123 283	107 733	3,9	6 053	20.368,64
Rio Grande do Sul	199 499	181 457	2,7	10 855	18.378,17
Centro-Oeste	279 015	250 157	6,0	13 696	20.372,10
Mato Grosso do Sul	33 145	29 911	6,4	2 336	14.188,41
Mato Grosso	53 023	46 078	7,9	2 958	17.927,00
Goiás	75 275	70 425	8,9	5 845	12.878,52
Distrito Federal	117 572	103 742	3,8	2 557	46.977,59

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; Coordenação de População e Indicadores Sociais

(1) População estimada para 1º de julho de 2008 segundo os municípios, enviado ao TCU em 31/10/2008.

Tabela 03: PIB, PIB Per capita e população residente segundo as grandes regiões e UFs-2008

Fonte: IBGE

Acerca do percentual participativo das grandes regiões e suas unidades federativas no que concerne à mobilidade do PIB brasileiro e, como consequência da expressividade do seu crescimento econômico, a tabela 4 traz a média do Nordeste, do período que compreende a última década, como sendo de 12,9%, com maior contribuição do estado da Bahia para este resultado, em todos os anos. O Rio Grande do Norte contribuiu com a média de 0,82%, sobressaindo-se a estados como Alagoas e Piauí. Em análise estadual isolada, o RN após manter percentual nos primeiros anos da década de 2000, oscilou em um ponto percentual nos últimos anos, para mais e para menos, mantendo-se ao final com a colocação de 19º na participação das unidades federativas.

Moura (2008) considera o início da década de 2000 quando avalia:

O Rio Grande do Norte, durante o período correspondente de 2001 a 2003, apresentou uma variação para o PIB *per capita* de 2001 para 2002 de 5,88%, o que levou o estado a obter uma boa colocação frente a cenário nacional, sendo a sétima economia que mais cresceu de 2001 para 2002. O mesmo resultado não foi encontrado no ano seguinte, de 2002 para 2003, o crescimento do estado caiu muito, situando-se num patamar de 0,95%, fazendo com que o estado caísse para a décima terceira posição no ranking nacional. Estes resultados mostraram uma atuação não muito favorável dos municípios na construção do PIB *per capita* do estado, apesar de obterem um bom desempenho de 2001 para 2002, houve uma queda significativa do crescimento no ano seguinte. Enquanto isto, outros estados da região nordeste tiveram um crescimento superior com cerca de 3 a 5 pontos percentuais de 2002 para 2003. Desta forma, verifica-se uma ascendência dos estados nordestinos no que diz respeito à taxa de crescimento do PIB *per capita*, enquanto que houve uma retração da taxa de crescimento potiguar.

Essa tendência evidenciada pela análise de Moura (2008) de que os estados do Nordeste crescem nos resultados do PIB per capita enquanto o RN declina, se comparada aos resultados de 2008 evidenciados na tabela 04 exibida anteriormente possibilitará a leitura do crescimento alcançado pelo RN, já que em 2003 ocupou o 13º lugar no ranking do Brasil e em 2008 esteve em 3º lugar no ranking do Nordeste.

Municipalizando o indicador em estudo nesta seção, Natal, o principal município do RN em participação no PIB geral, apresentou em 2007 um PIB per capita de R\$ 10.362, maior do que a média da Grande Natal (região metropolitana formada por 10 municípios) com pouco mais que R\$ 7.500,00. Mossoró em 2008 contabilizou R\$ 12.500 do PIB per capita. Por fim o Vale do Açu, com R\$ pouco mais de 5000 e Areia Branca, com R\$ 19.397 também em 2008.

Em análise regional comparativa, o Nordeste, à luz das outras grandes regiões, ficou à frente apenas do Norte, que apresentou média de 4,83% na década em análise.

Grandes Regiões e Unidades da	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	4,2	4,3	4,1	4,2	4,2	4,4	4,5	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1
Rondônia	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,4	1,5	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Pará	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Nordeste	12,0	12,5	12,5	12,4	12,4	12,4	12,6	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1
Maranhão	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6
Ceará	1,9	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0
Rio Grande do Norte	0,7	0,7	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8
Paraíba	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,3	2,4	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
Alagoas	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6
Sergipe	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	3,7	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0
Sudeste	59,1	58,4	58,5	58,2	58,2	58,3	57,7	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0
Minas Gerais	8,6	8,8	8,8	8,6	8,4	8,5	8,5	8,6	8,8	9,1	9,0	9,1	9,1	9,3
Espírito Santo	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3
Rio de Janeiro	11,2	11,2	11,1	11,7	11,9	11,8	11,7	11,6	11,1	11,5	11,5	11,6	11,2	11,3
São Paulo	37,3	36,5	36,7	36,1	36,0	36,0	35,6	34,6	34,1	33,1	33,9	33,9	33,9	33,1
Sul	16,2	16,2	16,1	16,2	16,4	16,5	16,7	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6
Paraná	5,7	5,7	5,6	5,8	6,0	5,9	5,9	6,0	6,4	6,3	5,9	5,8	6,1	5,9
Santa Catarina	3,4	3,5	3,5	3,5	3,5	3,7	3,7	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	4,1
Rio Grande do Sul	7,1	7,0	6,9	6,9	6,9	6,9	7,1	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6	6,6	6,6
Centro-Oeste	8,4	8,6	8,8	9,0	8,8	8,4	8,5	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2
Mato Grosso do Sul	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1
Mato Grosso	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,3	1,3	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5	1,6	1,7
Goiás	2,0	2,1	2,1	2,2	2,1	2,2	2,3	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5
Distrito Federal	4,4	4,6	4,7	4,8	4,6	3,9	4,0	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência de Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 04: Participação (%) das grandes regiões e unidades federativas 1995-2008
Fonte: IBGE

3.2. Comércio exterior e crescimento econômico: análise da balança comercial do Rio Grande do Norte

Balança Comercial do Rio Grande do Norte: Saldo histórico e leitura dos principais déficits e superávits

A descrição teórica do capítulo 2 apresenta o enfoque keynesiano do crescimento econômico obtido mediante a expansão da demanda agregada de bens e serviços. Nesse enfoque, a demanda agregada é constituída pelas demandas interna e externa. A demanda interna é realizada pela demanda das famílias (consumo das

famílias), demanda das empresas (investimentos das empresas) e pela demanda do governo (gastos públicos). A demanda externa ocorre com o saldo líquido da balança comercial, com a diferença do valor das exportações e importações.

O comércio exterior atua positivamente no crescimento econômico, considerando que o saldo positivo das exportações sobre as importações resulta no aumento dos gastos internos das empresas exportadoras, o que resulta no aumento da produção, da renda e do emprego nos diversos setores da economia interna. O desempenho do comércio exterior tem contribuído para a taxa de crescimento do PIB do estado. O gráfico a seguir traz a série histórica da Balança Comercial do RN na década de 2000.

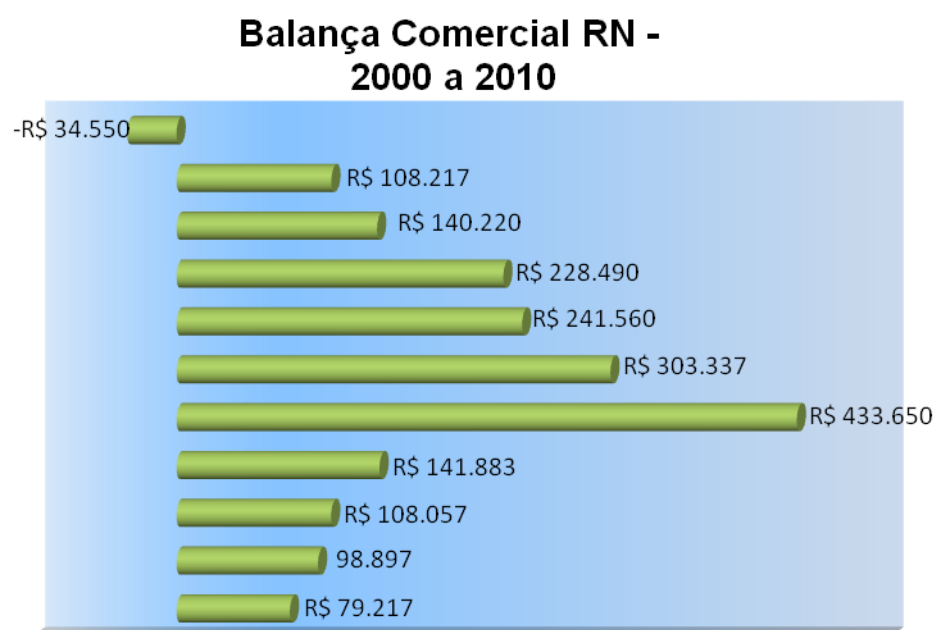


Gráfico 02: Balança comercial RN 2000-2010.
Fonte: FIERN

Considerando o ano de 2000 como sendo a base do gráfico 02, observa-se no comparativo entre os saldos da balança comercial do Rio Grande do Norte um crescimento modesto nos primeiros anos da década de 2000, com um aumento percentual de 25, 3% em 2001 e de 9% em 2002. Chama a atenção o ano de 2004, quando o saldo da balança comercial cresceu em mais de 100 pontos percentuais, justificado pela realidade da economia brasileira que, nesse ano, estava “muito baseada em exportação. Desde o primeiro trimestre de 2006 isso se inverteu e o crescimento esteve muito baseado na demanda interna, no consumo das famílias e no investimento” (Palis *apud* Spitz, 2011).

A partir de 2006 as quedas do saldo em análise foram de 4,6% e 1,4% e a mais brusca foi a de 2009 para 2010, que deixou a balança comercial negativa, apresentando pouco mais de 34 milhões como resultado das importações. Este resultado é justificado principalmente pelo relevante crescimento das importações de equipamentos e instalações de usinas eólicas em fase de implantação em todo o estado (MDIC, 2011). Partindo da análise de longo prazo, lê-se essa realidade como forte e positiva influência para o crescimento econômico e social do RN nos próximos anos, visto que a exploração da energia renovável se configurará como insumo básico para novas atividades produtivas que permitirão o aumento da capacidade instalada da indústria, dos serviços e de empresas agrícolas, contribuindo de forma decisiva e sustentável para o aumento do PIB local e da economia como um todo.

Ainda acerca das importações de equipamentos para a instalação de usinas eólicas no estado, o valor importado em 2010 foi de US\$ 131.864.273, e correspondente a 41,30% do valor total das importações de 2010 (MDIC, 2011). Estes equipamentos, que vão desde os geradores eólicos e suas torres até as peças de reposição são resultado do forte momento do estado na geração de energia renovável. A Terrasul Assessoria (2011) afirma que diversas empresas estão com projetos prontos, muitos já em execução, para construção de parques eólicos em municípios northeriograndenses. Grande parte da importação destes itens entra pelo Porto de Natal. Acrescenta ainda que, segundo estas empresas, a saturação deste mercado eólico nestas regiões só começará a acontecer em 10 anos (Terrasul Assessoria, Junho, 2011).

Confirmando a tendência a que se faz menção, a New Energy, empresa de energia eólica responsável por grande parte dos parques eólicos do RN, ocupou no ano passado o 1º lugar em valores de importação no Estado, o que afirma a capacidade atrativa da região northeriograndense para investimentos estrangeiros, vislumbrando como resultado disso a geração de empregos permanentes e o consequente aumento do PIB per capita. Por esta assertiva destaca-se o envolvimento de variáveis como emprego, investimento e PIB, todas elas ligadas diretamente ao crescimento econômico de uma região.

Abaixo o gráfico 03 auxilia na conclusão da análise acerca da balança comercial do RN, mostrando, dentre outros resultados, que a corrente de comércio dos últimos 6 anos da década de 2000 concluiu o período em pleno crescimento, ainda que o saldo da balança tenha sido negativo – realidade que não deve ser considerada ruim para o crescimento da economia do RN.

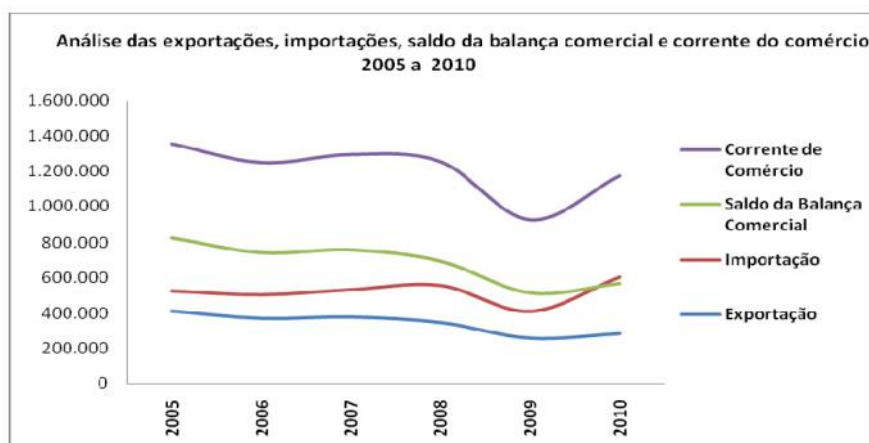


Gráfico 03: Análise das exportações, importações, Saldo da Balança Comercial e corrente de comércio de 2005 a 2010 (SILVA,2011).

Corrente de comércio, segundo o MDIC (2011), “é o resultado da soma das exportações com as importações e representa o total de comércio transacionado por um país com o exterior”, denotando assim o total das transações comerciais entre países envolvendo o Brasil ou um estado ou região específico. Neste caso não é o saldo que está em evidência, mas o nível de internacionalização do estado. Portanto, o gráfico 02 denota que, após queda no período em que estourou a crise internacional financeira, retraindo os maiores mercados financeiros em todo o mundo, o Rio Grande do Norte voltou a registrar aumento nas transações internacionais que vem mantendo desde meados de 2009.

No início de 2010 observa-se um cruzamento das linhas verde e vermelha. Esta intersecção ilustra de forma nítida o déficit da balança comercial, já comentado na análise do gráfico 01.

Contribuindo para enriquecer a análise do último gráfico, Silva (2011) comenta:

Na análise dos últimos 6 (seis) anos, 2005 foi o ano mais próspero nas exportações do RN, êxito obtido devido a exportação de óleos brutos de petróleo, ocupando então 23,44% da pauta de produtos exportados do Estado, participando em 2006 com 7,52% deste valor total e que em 2010 não figura entre os 100 (cem) produtos principais. Quando comparamos o ano de 2010 com 2005, as exportações apresentam redução de 45,30% enquanto as importações aumentaram 65,44%. O saldo da balança comercial registra variação negativa, decorrido principalmente do aumento das importações em 2010. A corrente do comércio apresenta valor de US\$ 524.047 em 2005 e US\$ 604.025 em 2010, significando maior número de transações comerciais no Estado (SILVA, 2011).

As informações permitem confirmar o que descreve a teoria, destacando que o comércio exterior contribui para o crescimento econômico, pois aumenta a despesa, a produção, a renda e o emprego nos setores primário, secundário e terciário da economia.

3.3 Emprego

Considerando a variável emprego como imprescindível à análise proposta por esta pesquisa, pois o crescimento econômico ocorre com o aumento da produção e que resulta no aumento dos fatores de produção e que o emprego é o fator relevante do bom desempenho da economia. Entre 2002 e 2009 foram gerados no RN cerca de 102.900 empregos formais no Rio Grande do Norte. Segundo os dados do CAGED, “no ano de 2009, foram gerados 4.800 empregos celetistas, equivalente à expansão de 1,40% no estoque de assalariados com carteira assinada de dezembro de 2008” e com contribuição mais expressiva do setor comercial (CAGED, 2010).

No mesmo ano a expansão da região Nordeste em novos empregos foi de 4,74% comparado ao ano anterior, tendo como maior contribuinte para o resultado o estado do Ceará, de 7, 73%. Ainda com base na mesma fonte e período, foram criados no Brasil mais de 995.110 postos de trabalho, configurando crescimento de 3,11% em relação ao total de assalariados formais em dezembro de 2008.

Em análise geral o RN ficou aquém dos percentuais de variação de sua região e do país, ficando a nível estadual em penúltimo lugar, perdendo apenas para o Maranhão que teve variação negativa (CAGED, 2010), conforme tabela abaixo:

BR, NE e UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
BRASIL	762.414	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	8.483.386
NORDESTE	130.434	84.104	187.597	197.014	166.866	204.310	203.617	1.173.942
BA	37.298	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	305.207
PE	17.173	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	246.691
CE	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	226.314
RN	10.756	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	98.100
MA	3.242	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	81.510
PB	7.160	- 3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	62.417
SE	10.836	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	58.264
AL	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	- 505	3.322	48.943
PI	5.326	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	46.496

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED.

TABELA 05: Evolução anual do saldo de empregos formais: Brasil X Nordeste X estados.

As estatísticas da tabela 5 mostram o emprego da força de trabalho dos estados nordestinos, nos anos de 2002 a 2008, quando, a nível regional, o Rio Grande do Norte foi o quarto estado do Nordeste em geração de empregos formais na década, atrás apenas de estados cujas economias e populações são bem superiores, tais como a Bahia, Pernambuco e Ceará. Já ao final da década de 2000 o RN, acometido pelos reflexos da crise financeira e imobiliária que afetou a economia em escala global, apresentou uma

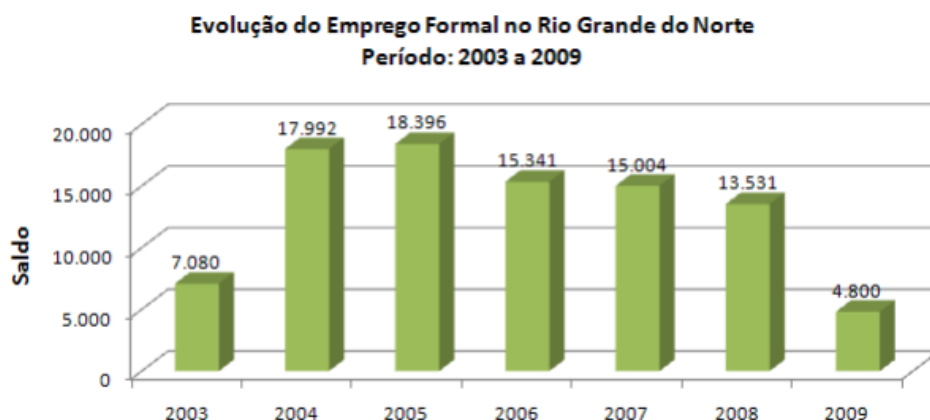


GRÁFICO 04: Evolução do emprego formal no Rio Grande do Norte: Período de 2003 a 2009 Fonte: CAGED (2010).

retração de 10% no saldo de empregos de 2008 em relação a 2007. A recuperação começou a ocorrer apenas a partir de junho de 2009. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, no gráfico 04,

em setembro/09 4.421 novos empregos com carteira assinada foram criados no Estado. Isso representa uma variação de 1,29% entre o número de admissões e demissões, que supera a média nacional de 0,77%. Os setores que mais se destacaram dentro desse desempenho foram a agropecuária, construção civil e serviços (AGN, 2011).

Ainda assim, está clara a participação ínfima do ano de 2009 comparado aos exercícios anteriores, além do destaque para 2005, com a geração de mais de 17,5 mil empregos formais. Em 2009, com relação à participação dos municípios do RN no nível de emprego:

O maior número de empregos criados concentrou-se em Natal (1.408) e Mossoró (1.305). Logo em seguida, se destacam os municípios de Ceará-Mirim (249), Apodi (128) e São Gonçalo do Amarante (70). O desempenho do Rio Grande do Norte também é positivo quando comparado com os índices alcançados pelas outras regiões do país. Com uma variação de 1,29%

entre admitidos e demitidos, o RN fica à frente de todo o Norte (1,00%), Sul (0,68%), Centro-Oeste (0,49%) e Sudeste (0,47%). (INVEST, 2009)

Os dados e análises anteriores sobre o emprego como decorrente do crescimento econômico do RN, implica em observar, sob uma perspectiva futura, que à luz dos projetos estruturantes elaborados para o Rio Grande do Norte, o estado poderá contar com um aumento de mais de 30 mil empregos sustentáveis com a implantação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (SOUZA, 2010). Além disso, as Zonas de Processamento de Exportações do Vale do Assu e de Macaíba também prometem contribuir com o crescimento do estado no âmbito do emprego, sob a garantia de aumentarem o volume de exportações do estado ao disponibilizar instalações favoráveis às empresas que estiverem aptas a manterem atividades nas ZPEs. Para estas empresas, as Zonas de Processamento de Exportações garantirão incentivos fiscais competitivos, conforme o conceito a seguir:

As Zonas de Processamento de Exportação - ZPE são distritos industriais incentivados, onde as empresas neles localizadas operam com suspensão de impostos, liberdade cambial e procedimentos administrativos simplificados - com a condição de destinarem pelo menos 80% de sua produção ao mercado externo (ZPEMACAIBA, 2010).

As ZPEs projetadas para o RN poderão viabilizar a saída de mercadorias potiguares ao exterior, empregando larga mão de obra para executar os processos que a nova atividade demandará.

Por último, mas com semelhante importância, há de se considerar os pólos de energia eólica que já estão em implantação em diversos municípios do Rio Grande do Norte. A ressalva de que a exploração do potencial eólico no RN tem em média 10 anos para começar seu processo de saturação (VESTAS, 2011) é deveras relevante. Durante esse período o RN terá absorvido muita mão de obra, enquanto incentivará o investimento em qualificação da demanda por emprego, recebendo divisas e solidificando o crescimento da economia estadual de forma ampliada.

3.4 PIB SETORIAL

Recordando que o Produto Interno Bruto é resultado da aplicação das políticas econômicas delineadas pelo poder público para fins de maximizar renda per capita, mitigar desemprego e fazer a região produzir mais, reflete-se que essa produção, como

em todo livre mercado, deve se guiar de acordo com a demanda agregada, que também é estimulada pelas políticas públicas voltadas ao crescimento econômico, como aumento de acesso ao crédito, fator que reflete diretamente no comércio local e nas atividades inerentes à soma do PIB.

Atualmente, o Produto Interno Bruto Norte-Riograndense é composto por diversas atividades produtivas, destacando-se os valores agregados por indústrias do agronegócio, construção civil, e de comércio e serviços. O que é produzido internamente, inclusive por organizações estrangeiras instaladas em território estadual, é contabilizado para o PIB-RN, quantificando-o e qualificando-o como fator influenciador direto da economia nacional.

Porém, a realidade influenciadora atribuída a indicador tão expressivo como é o caso do PIB, quando se trata de resultados da produção econômica, nem sempre se traduz com expressividade na participação dos números locais para o resultado do país. Mesmo que o crescimento do comércio tenha registros animadores nos últimos períodos, essa realidade não produz benefício maciço ao RN em amplitude abrangente, uma vez que não chega a todas as regiões. Insistindo neste cenário de concentração econômica, o crescimento torna-se insustentável por sobrecarregar áreas específicas enquanto outras com grande potencial estão intactas e, o pior: ociosas. Com isso, a riqueza produzida no estado é concentrada e deixa, portanto, de receber contribuição de áreas fortes, do interior do estado, por exemplo.

Ora, se existe concentração econômica, existe detenção de renda por parte da população. Sendo assim, é válido mencionar um estudo de 2009, que avaliou a eficácia comparativa entre o estímulo por políticas públicas à diminuição da concentração de renda ou o incentivo ao aumento da renda média da população. O resultado foi que estimular a redução da desigualdade causada pela concentração de renda era mais eficiente para uma localidade que o simplório aumento da renda média de uma pessoa.

A conclusão do estudo teve como base a complexidade das variáveis envolvidas no processo de implementação das políticas de incentivo, sendo elas parte da mudança de toda uma cultura, quando se trabalharia questões como “diferencial educacional entre regiões, equalização de oportunidades, aquisição de capacidades” (BARRETO, et all, 2009, p. 16).

Ainda em reflexão sobre o assunto, em comparação nacional, em 5 anos o RN saiu na frente dos resultados nacionais para setores como construção, agricultura, pecuária e pesca.

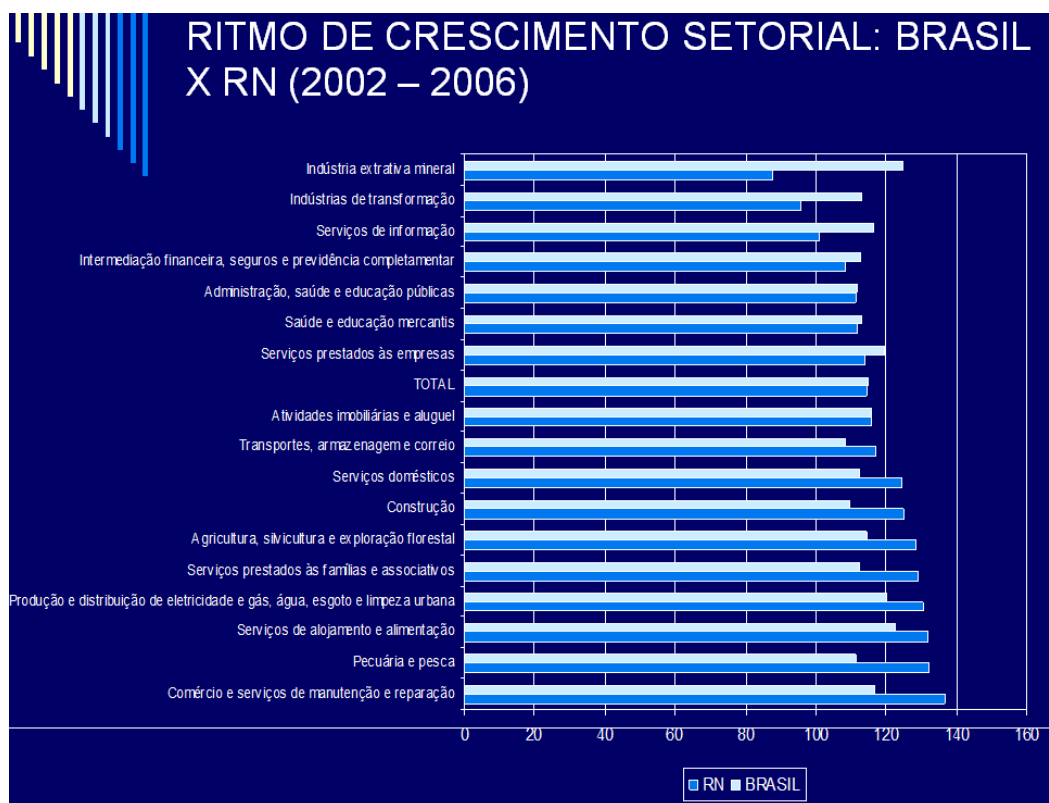


Gráfico 05: Ritmo de crescimento setorial. Brasil x RN
FONTE: AGN-RN

O gráfico 05 traz a nítida realidade da pouca expressividade dos setores mais complexos da economia do Rio Grande do Norte com relação ao Brasil. O cenário atual tende aos setores primários, ficando as atividades industriais de transformação, prestação de serviços diferenciados a grandes empresas como os da área de tecnologia da informação aquém dos resultados conjunturais.

É nessa perspectiva que a análise nos novos cenários do RN em longo prazo pretende explicitar a favorabilidade dos projetos estruturantes elaborados para o estado, para os próximos anos, visto que sua natureza macroeconômica viabiliza apostar em influências positivas sobre as diversas variáveis que atuam diretamente no crescimento econômico de uma região, fortalecendo o Rio Grande do Norte de forma ampliada, tornando sustentável o crescimento de sua economia.

Por fim, utilizando a metodologia do cruzamento de variáveis, a fim de denotar a

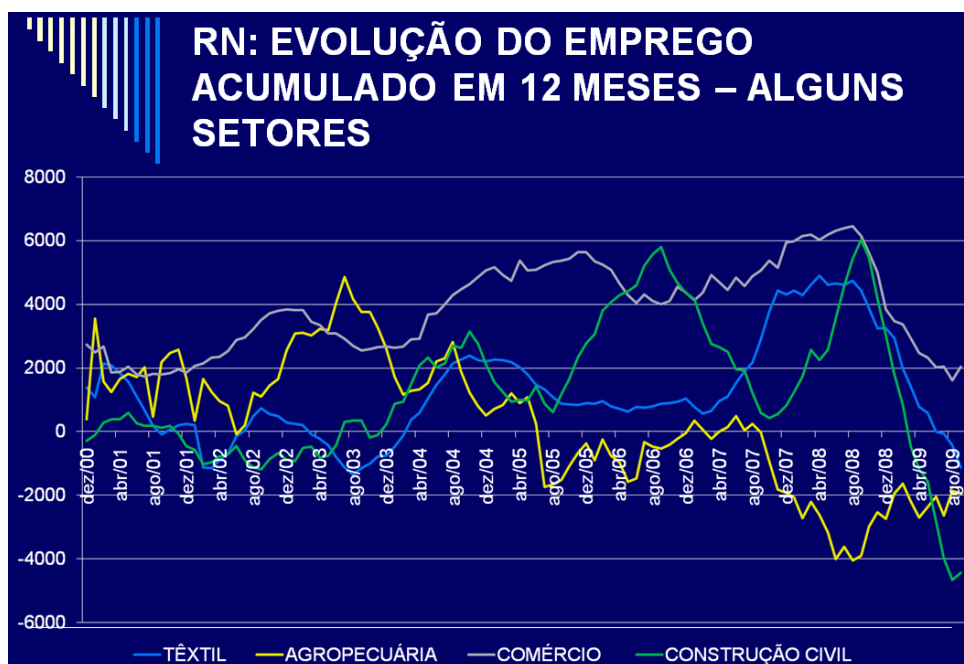


Gráfico 06: Evolução do emprego acumulado em 12 meses – setores
Fonte: AGN-RN, 2010.

perfeita interrelação entre elas, o gráfico 06 elucida os principais setores atuantes no Rio Grande do Norte, com vistas a denunciar a relevância de sua atividade refletida na variável emprego. Neste gráfico, que registra dados de quase toda a década de 2000, dividida em quadrimestres, atendo-se aos setores do RN, pode-se fazer a leitura da ascensão do comércio durante toda a década, bem como dos grandes picos da construção civil entre 2006 e 2008. A variável emprego só contribui para a leitura, uma vez que, para esses setores, pode-se considerar o aumento da contratação de mão de obra formal como relevante para a análise da expressividade do setor na economia local.

3.5 A MUNICIPALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Os municípios de uma região são fundamentalmente importantes para a análise macroeconômica do estado federativo, uma vez que, ainda que os principais indicadores macroeconômicos demonstrem crescimento satisfatório nos números gerais, se existe concentração irregular das variáveis estudadas, o resultado analítico não deverá ser considerado fiel ao real cenário da localidade estudada. Sendo assim, o Rio Grande do Norte, considerando os resultados municipais para o PIB estadual, possui 5 regiões

principais – totalizando 10 mais relevantes - nas quais estão concentradas as atividades mais influenciadores no aumento ou manutenção dos percentuais do PIB nos últimos anos.

Levando em conta que o Rio Grande do Norte é formado por 167 municípios (IBGE, 2010), a participação relevante de apenas 10 é bastante pertinente à realidade da concentração do PIB comentada no início desta seção.

3.5.1 Grande Natal

Dentre estes municípios está a região metropolitana de Natal (ou Grande Natal), onde situa-se a cidade de Natal – capital do RN; os demais municípios são Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba, dentro outras de menor relevância. Estes municípios juntos têm foco nas atividades voltadas ao comércio exterior (exportação) e à indústria. Esta é a região que mais contribui para o PIB do Rio Grande do Norte, tendo sido responsável em 2008 por mais de 40% do PIB do RN, segundo dados do IBGE (2010) e leitura da série histórica do gráfico 06.

Ainda na Grande Natal, com base em perspectivas de crescimento do PIB estadual, os municípios de Macaíba e de São Gonçalo do Amarante têm grandes possibilidade de melhorar ainda mais sua participação numérica no PIB estadual, uma vez que estão entre as regiões contempladas para receber alguns dos projetos estruturantes analisados nesta pesquisa. Macaíba receberá uma Zona de Processamento de Exportações, que servirá de incentivo fiscal e contribuirá para o aumento do emprego, renda e infraestrutura local. São Gonçalo receberá o Aeroporto Internacional, projetado para gerar grande impacto na economia local, com vistas a intensificar o turismo, o comércio internacional e a competitividade do estado do RN em diversos outros setores.

3.5.2 Mossoró

Mossoró também é um dos municípios mais importantes do estado, já tendo sido divulgado como maior explorador e produtor de petróleo em terra no Brasil. Mossoró contribuiu com pouco mais que 12% para o PIB estadual em 2008, tendo registrado, daquele ano até os dias atuais, melhorias significativas na economia do município, visto

que atualmente é uma das regiões que mais cresce no Rio Grande do Norte (IBGE, 2010).

3.5.3 Seridó

No sertão do Rio Grande do Norte, o Seridó abarca 17 municípios, dos quais menos da metade tem boa expressividade econômica. O Seridó destaca-se pela extração de minérios, atividade há muito desenvolvida na localidade e que acrescentou 4,8% do PIB do RN em 2008, com destaque para os municípios de Caicó e Currais Novos (IBGE, 2010).

Sobre o Seridó, a Tribuna do Norte (2008) divulgou que:

É importante ter presente que o resgate do desempenho da economia da região do Seridó passa, necessariamente, pelas atividades de exploração mineral, que respondem pela ocupação da mão-de-obra e pela geração de riquezas, mas, também, pela participação da indústria têxtil, pela bonelaria e pelo artesanato. Assim, a retomada da exploração de scheelita, columbita e tantalita em Currais Novos; a exploração do ferro em Jucurutu; a cerâmica e a extração de feldspato em Parelhas, o caulim em Equador e Parelhas; a fabricação de redes em Jardim de Piranhas; a confecção de bonés em Caicó e Serra Negra do Norte; o bordado em Caicó além dos Arranjos Produtivos Locais - APL, que orientam e disciplinam a cadeia produtiva, são exemplos de atividades que estão ajudando a soerguer a economia seridoense.

Potencialmente, a região do Seridó apresenta riquezas culturais e de fortes potencialidades econômicas no turismo e demais atributos regionais e que podem contribuir para o crescimento econômico do Estado.

3.5.4 Região Salineira

Os municípios de Areia Branca e de Macau são as principais localidades da região salineira, que abriga o Porto Ilha de Areia Branca tem grande ênfase na produção de sal, além do petróleo extraído em Macau. Os dois municípios juntos somam hoje mais de 1 milhão em participação no PIB norterio-grandense – em 2008 somaram os dois pouco mais de R\$ 954 mil (IBGE, 2010).

3.5.5 Guamaré

Guamaré possui um Pólo próprio da Petrobras, o Pólo Industrial de Guamaré, e é um dos municípios que mais produz petróleo e seus derivados no Rio Grande do Norte, fazendo parte do litoral salineiro. Tem histórico de economia baseada na extração de sal

e na pesca. A atividade de extração de petróleo teve início nos anos 70, tendo hoje produção em plataforma continental e em terra, sendo toda ela escoada para o Pólo da Petrobras instalado em seu território de forma estratégica, ocupando uma área de 1.500 m². O Pólo Industrial de Guamaré produz em média 100.000 barris diariamente e beneficia derivados do petróleo, tratando o gás, o querosene e outros derivados que abastecem o estado do RN e mesmo cidades de estado vizinhos.

4 SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

O Brasil tem estado em evidência nos últimos anos, no que concerne à estabilidade econômica e à conseqüente atração de investimentos externos, em especial a partir de 2008, quando o país alcançou o *Investment Grade* (grau de investimento), fato que refletiu o país como ideal para investimentos com baixo risco nos mais diversos setores e denotou “a seriedade do governo sobre a saúde dos motores que movimentam o país – economia, educação, infraestrutura, comércio exterior, etc.” (MOURA, p.68, 2008).

Sabe-se que Rio Grande do Norte tem oportunidades destacáveis, no que concerne à viabilização do crescimento de sua economia, muitas delas ainda pouco ou nada exploradas.

O potencial energético renovável, tendência da gestão mundial na atualidade, o turismo sustentável e mesmo as atividades do comércio internacional são aspectos relevantes e que merecem reflexão, pois denotam potencialidades do estado que dependem tanto das políticas públicas delineadas pelo governo, quanto de uma nova atitude por parte o setor privado, no que se refere à renovação de planos e adequação às tendências contemporâneas de mercado; e ainda como tendência contemporânea, das parcerias público-privadas, como forma de potencializar as forças estratégicas de ambos (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Energia Eólica

O potencial energético do estado do Rio Grande do Norte tem sido abordado como oportunidade ímpar na diversificação da matriz energética brasileira com base na renovação dos recursos naturais, e ainda como forte influenciador do crescimento

econômico do estado. No início de 2010, em reunião com representantes do setor, os rumos da energia eólica no estado do RN foram tratados com bons ânimos, como relata um periódico local quando menciona que

Dois novos parques definirão a mudança do Rio Grande do Norte de Estado importador para exportador de energia. As obras de implantação terão início no início de 2011 e devem durar 10 meses. A expectativa do grupo responsável é de que mil empregos diretos e indiretos sejam gerados na região de Areia Branca, Mossoró e Porto do Mangue (RN, 2010)

A segunda metade da última década foi marcada pela instalação de parques eólicos em várias áreas da extensão potiguar, com capital de origem estrangeira em sua maioria, situados em cidades interioranas como Touros, Areia Branca, João Camara, Parazinho, entre outras. Grandes empresas do setor já estão com mega projetos desenhados para os próximos anos e a importação de parques completos – torres, pás e motores eólicos - bem como materiais para manutenção dos mesmos já começaram. O RN tem sido uma das primeiras regiões na escolha dos sites eólicos.

Para tanto, a última década registrou investimentos crescentes, que somaram bilhões de reais apostados na força dos ventos da região norte rio-grandense. Só os investimentos em Areia Branca estão em mais de R\$ 250 milhões, prometendo gerar 50,4 Mega Watts de energia, de acordo com informações divulgadas após reunião com a governadoria do estado. Esta promessa pode atender torno de 150.000 residências (RN, 2010).

Se estes projetos se concretizarem, ao final do ano de 2012 o RN será capaz de dobrar sua capacidade em energia elétrica, tornando-se autossuficiente neste quesito. Esta realidade, para a temática que deu origem a este trabalho, reflete a capacidade de geração de empregos e de exportação de mais um produto, cujo potencial produtor doméstico é destacável, levando em consideração que a energia eólica se encontrará em ascensão pelos próximos 10 anos, prometendo assim contribuir de forma sustentável para o crescimento econômico do estado do Rio Grande do Norte.

Região Metropolitana de Natal

A região metropolitana de Natal é uma área identificada como metrópole de porte médio, tomando por base os padrões metropolitanos do país. A região, também

conhecida como Grande Natal, é área que tem vivenciado nos últimos 25 anos uma expansão e modernização significativas.

A Grande Natal é formada por oito municípios, sendo eles o de Natal, Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, e São José do Mipibu. É um espaço caracterizado por uma malha urbana considerada heterogênea, ou seja, com uma discrepância social bastante acentuada, estando 50% da população de Natal classificada como pobres, contra 25% em nível de riqueza (NATAL, 2005), realidade esta que é entendida pelos órgãos responsáveis pelo planejamento estratégico da cidade como um entrave na implementação de um plano metropolitano.

A fim de melhorar este quadro, o governo do estado, em parceria com o governo federal e iniciativa privada, elaborou, por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, um planejamento estratégico para a região metropolitana de Natal, que contemplou, nesta amplitude, as seguintes obras:

- O esgotamento sanitário da grande Natal;
- a urbanização da grande Natal;
- Duplicação da BR 101/RN;
- Ampliação retroviária do cais do Porto de Natal.

As obras mencionadas objetivam, em suma, quando de sua criação, promover melhorias infraestruturais que beneficiarão cerca de 200 mil famílias, gerando empregos e aumentando a capacidade econômica do RN, no que tange ao funcionamento de setores como turismo, agroindústria, transportes, comércio exterior e serviços (PAC, 2010), prevendo empregar cerca de R\$ 800 milhões para as ações mencionadas.

Há muitas críticas em torno dos projetos do PAC que abrangem o Rio Grande do Norte, em principal no que se referem aos atrasos ocorridos nos últimos anos, desde a primeira versão do programa, lançada em janeiro de 2007, caracterizadas por diversos embargos, principalmente os de cunho ambiental e relacionado aos tribunais de conta da união. Segundo Miranda (2009) “O PAC estimula os empresários pela possibilidade de negócios, mas causa frustração pela lentidão do seu andamento (MIRANDA, p.1, 2008).

No Rio Grande do Norte, o PAC reservou os empreendimentos infraestruturais abaixo, tendo na tabela 06 o que segue:

Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (Milhões)	Investimento Após 2010 (Milhões)	Estágio
Aeroporto	Pista	Aeroporto São Gonçalo do Amarante - Pista	83,9	-	Obra
Porto	Dragagem e Derrocamento	Porto de Natal - Dragagem de Aprofundamento do Acesso Aquaviário	30,3	-	Ação Preparatória
Porto	Infraestrutura Portuária (Outras Ações)	Terminal Salineiro de Areia Branca. Repotencialização do Sistema de Atracação	12,7	-	Concluída
Porto	Infraestrutura Portuária (Outras Ações)	Ampliação e Adequação do Terminal Salineiro de Areia Branca - RN	155,0	-	Ação Preparatória
Rodovias	Construção	BR - 226/RN Construção e pavimentação Patu – Encanto	21,7	-	Obra
Rodovias	Controle de Velocidade	Controle de Velocidade – RN	17,6	-	Licitação da Obra
Rodovias	Duplicação	BR-101/RN - Duplicação/Modernização - Natal - Divisa RN/PB	281,0	-	Obra
Rodovias	Estudos e Projetos	Estudos e Projetos - RN	38,8	-	Licitação da Obra
Rodovias	Manutenção	Manutenção de Rodovias – RN	209,3	-	Obra
Rodovias	Sinalização	Sinalização - RN	15,1	-	Obra
TOTAL			865,5	-	-

Tabela 06: Obras estruturais do PAC para o Rio Grande do Norte
Fonte: Governo Federal - site

4.1 BRICS

O contexto macroeconômico do capitalismo contemporâneo promoveu mudanças estruturais na primeira década do atual milênio, destacando o bloco dos países emergentes, chamado de BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, como o novo, dinâmico e relevante grupo econômico de potencialidade produtiva e comercial. “Novo centro dinâmico do crescimento mundial” (IPEA, 2011), é assim que o Comunicado IPEA N° 86 conceitua o BRICS, conjunto de economias emergentes que

mais cresce no mundo, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e mais recentemente pela África do Sul.

A relação do BRICS com o mundo vem definindo uma nova era de relacionamento global econômico e político, delimitando que detém a demanda global atualmente. O BRICS é formado por países bastante diferentes cultural e politicamente, mas a força que o grupo possui e que é constatada por especialistas, faz crer na declaração dada pelo Comunicado IPEA (2011) citado, que diz sobre a relação entre os países do BRICS:

A igualdade que os uniu foi o dinamismo econômico interno de cada economia e o desejo de articular uma arquitetura global de Estados mais favorável à inserção desses países. A heterogeneidade do grupo, no entanto, pode ser observada pelas distintas contribuições de cada um desses países para o crescimento da demanda mundial (renda nacional bruta em termos de paridade poder de compra). Entre 2008-2009 a participação da China foi de 40%; Índia 12,5%; Rússia, 6,3%; Brasil 3,5%; e África do Sul, 0,7%.

Neste cenário, que acredita-se favorecer o Brasil, os países que compõem o BRICS aumentaram sua participação em diversos indicadores de saúde econômica, inclusive no fluxo de capital mundial e na recepção de investimentos estrangeiros (Investimento Direto Estrangeiro-IDE). “Em 2009 o grupo recebeu US\$ 1 de cada US\$ 4,5 investidos no mundo” (IPEA, 2011). Com estes comentários pretende-se destacar a relação do Brasil com cada país que compõe junto a ele o BRICS, e principalmente as perspectivas para que este relacionamento se estreite e acreditando que estas parcerias, uma vez saudáveis e sustentáveis, contribuam de forma definitiva para o crescimento das unidades federativas brasileiras, em específico o Rio Grande do Norte, foco da pesquisa.

O Brasil tem atrativos incontestáveis, no que se refere ao estreitamento e ampliação dos negócios entre ele e os demais componentes do BRICS. Tomando como base o dinamismo que destaca a China como mola propulsora do já famigerado grupo de emergentes BRICS, a economia estável do Brasil e os números recentemente divulgados pelo IPEA (2011) acerca do comércio internacional Brasil-China, pode-se entender as grandes oportunidades que os gráficos 07 e 08 denotam:

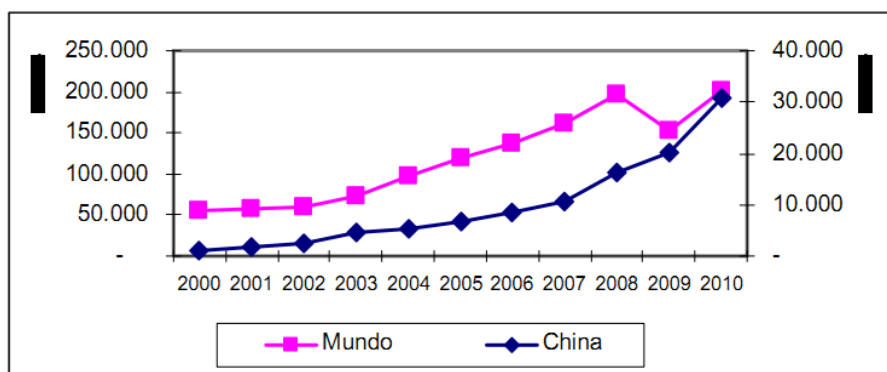


Gráfico 07: Exportações brasileiras para o mundo e para a China (US\$ Milhões)
Fonte: IPEA (2011)

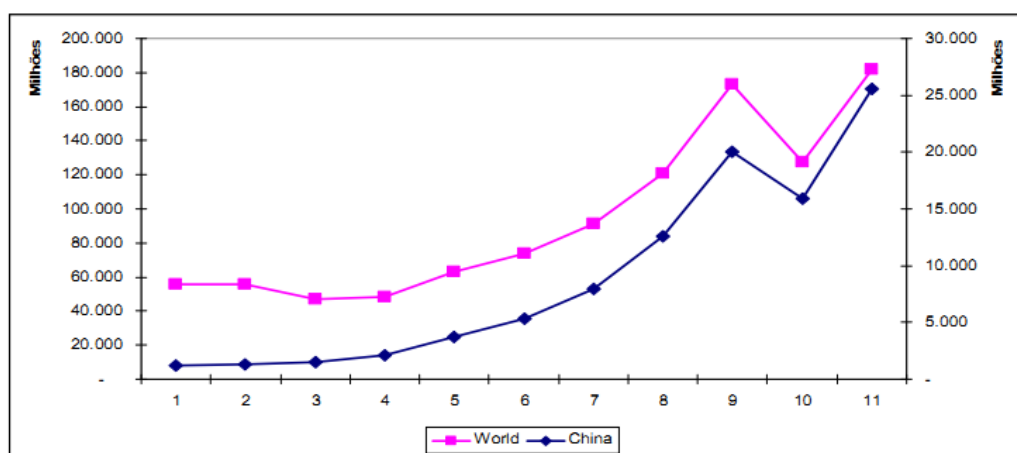


Gráfico 08: Importações brasileiras do mundo e da China (US\$ Milhões)
Fonte: IPEA (2011)

Ao analisar as linhas dos gráficos imediatamente anteriores, observa-se um constante crescimento das relações de comércio internacional entre os dois países, atentando ainda que, na comparação da mesma variável em relação ao resto do mundo, o expressivo potencial do comércio entre China e Brasil segue em ritmo acelerado, chegando a alcançar praticamente os mesmos resultados ao final de 2010.

O IPEA afirma que o BRICS não é um bloco econômico, mas um grupo de países que ganhou destaque em crescimento e posição na economia mundial (IPEA, 2011). Neste mérito, o Brasil sofre grande e positiva influência, no que tange ao estímulo e à competitividade entre mercados, uma vez que a intenção não é criar um bloco de cooperação, mas aumentar os mercados, onde cada um dos componentes do

BRICS atua e intensificar a exploração das competências que cada um desses países possui para se destacar em meio a grandes mercados mundiais, à luz da demanda que têm estimulado cada vez mais no ambiente global.

Sabe-se ainda que no comércio mantido entre o Brasil e o mundo, grande parte da pauta de exportação é de produtos básicos, logo, sem muito valor agregado; enquanto nas importações o contrário é verdadeiro, realidade que tem grande influência na balança comercial do Estado. Nisso também contribui a influência dos demais países do BRICS, quando se considera o dinamismo, diversificação e alta tecnologia da pauta exportadora da China.

Com a Rússia não é diferente. De lá o Brasil tem importado média e alta tecnologia, enquanto exporta principalmente bens primários, enquanto da Índia tem-se trazido baixa tecnologia e enviado manufatura intensivas em recursos naturais (IPEA, 2011).

Dentro desse contexto encontra-se o Rio Grande do Norte, que tendo a proximidade continental – fator geográfico – a favor da logística de transporte e ainda conta com forte potencial em recursos naturais – vento, sol – e projetos estruturantes como o aeroporto de São Gonçalo do Amarante e as ZPEs, além da estabilidade econômica do país. A atração de investimentos, diante do cenário exposto, é consequência de todos esses fatores conjugados, uma vez que o estado do Rio Grande do Norte já tem muitos investimentos asiáticos consolidados, e grandes chances de intensificar esta relação com a Rússia, que, da reserva em divisas internacionais de mais de US\$ 450 bilhões, investe mais da metade diretamente em diversos países do mundo (IPEA, 2011).

Assim, observa-se que dentre os componentes do BRICS, a realidade é que o Brasil conseguiu construir uma relação mais forte com a China, com perspectivas de grande crescimento, à luz do histórico que apresenta tanto no comércio internacional quanto nos investimentos que têm recebido daquela região. Já com os demais países, este relacionamento precisa ser mais bem estreitado, visto fortalecer-se com as competências do outro, nesta relação dos BRICS, é interpretado como estratégia valiosa dentro do grupo de países que mais destaca no mundo. O potencial investidor da Rússia é grande, porém, no Brasil, estes números ainda são pouco significativos, afirma o comunicado IPEA (2011).

A Índia tem aumentado seu potencial em IDE, sendo os principais setores investidos pela Índia o que demonstra a tabela 07:

Setores	2000-01	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09
manufaturas	169	893	1.170	3.407	4.185	5.409	8.096
serviços financeiros	6	1	7	160	28	88	143
serviços não-financeiros	470	456	304	895	7.527	1.748	1.154
comércio	52	113	192	377	659	1.050	937
outros	12	31	100	207	1.499	10.435	6.450
Total	709	1494	1.776	5.050	13.898	18.730	16.780

Tabela 07: Índia - Distribuição setorial dos fluxos de IDE (%).
Fonte: IPEA (2011)

Os dados relativos à Índia demonstram o aumento no IDE direcionado a manufaturas e ainda a atividades de exploração e refino de petróleo, minerais e pedras preciosas (IPEA, 2011), permitindo animada reflexão de que o Rio Grande do Norte é capaz de atrair investimentos neste contexto, em específico nas regiões do Seridó e Mossoró, dentre outras, pelas características já detalhadas em seção específica.

Ainda analisando níveis de investimento e suas perspectivas, a China aumentou seus investimentos diretos no Brasil em mais de 65% entre as duas metades da última década e este aumento continua crescente (BCB, 2011), mesmo durante o ápice da crise econômica global em 2008-2009. Restringindo a análise aos setores mais investidos, o IPEA (2011) afirma:

Verificou-se um aumento nas atividades agropecuárias e de extrativismo mineral (extração de minerais metálicos e de petróleo) e dos segmentos industriais voltados à produção de produtos químicos, petroquímicos e refino de petróleo, ao passo que o setor de serviços vem perdendo participação.

Neste íterim, percebe-se a incontestável expansão da atuação do mercado chinês no âmbito do comércio e investimentos no Brasil. O Rio Grande do Norte, por sua vez, detém capacidade natural para manter e mesmo contribuir para o aumento da diversificação regional da atuação chinesa no Brasil, quando se observa o histórico do direcionamento dos investimentos daquele país no estado brasileiro, conforme citação anterior. Para tanto, em planejamento de longo prazo, elaborado de forma integrada entre os vários atores econômicos da sociedade potiguar, atingir objetivos de crescimento pautados na sustentação de negócios com países, como China e Rússia, por exemplo, com amplitude geográfica e econômica tão superiores e distintas, demandará

ao RN uma base educacional e profissional solidificada, baseada na inovação, diversificação e convergência de interesses.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise de comportamento do desempenho histórico e perspectivas do crescimento econômico do Rio Grande do Norte constituem a temática estudada no presente artigo, considerando o pressuposto teórico que ressalta o crescimento econômico como um dos principais objetivos das políticas sócio-macroeconômicas, cujos efeitos são extensivos a resultados que refletem melhorias das condições de vida e que são apresentados sob a forma de indicadores quantitativos e qualitativos que expressam a ampliação da capacidade produtiva, mediante a realização de investimentos que promovam a geração de empregos e de rendas nos diversos segmentos sociais da localidade.

O artigo identifica algumas características evolutivas do crescimento real do estado, ressaltando que o PIB a preços de mercado é atualmente – ano de 2008 – em torno de R\$ 25,5 bilhões e representa 6,5% do PIB da região nordestina. O PIB per capita de R\$ 8.203,00 é o 4º mais elevado do Nordeste, cujo indicador ressalta o satisfatório nível de consumo que é decorrente da renda do consumidor e expressa pelo PIB per capita.

As estatísticas do IBGE indicam que no período de 1995 a 2008 o crescimento acumulado real da economia do Rio Grande do Norte foi de 52,8%, a qual representa uma média anual de 3,77%. A desagregação desse crescimento destaca que no período de 1995 a 2002 a taxa de crescimento acumulado foi de 24,5%, permitindo uma taxa média anual de 3,06% de crescimento real da economia do Estado; de 2002 a 2008 cresceu 22,7% e cuja média mensal foi de 3,24% ao ano.

Os cenários econômicos atuais, com alguns indicadores não tão expressivos quando posiciona-se o RN à luz da contribuição para o Brasil, são fortalecidos de boas perspectivas de investimentos estruturantes e que deverão gerar um efeito multiplicador de novos investimentos, com a formação bruta de capital fixo que agregarão valor da produção, da renda e do emprego do fator trabalho do Estado. Esses cenários são expressos em investimentos que estão em fase de implantação, destacando-se o

Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, a Zona de Processamento da Exportação de Macaíba, a Zona de Processamento da Exportação do Sertão, as usinas eólicas e os elevados investimentos demandados para a infraestrutura necessária à realização da copa mundial do futebol de 2014.

Esses investimentos e respectivos resultados no crescimento econômico, decorrentes do acréscimo da produção, da renda, da demanda agregada e do nível de emprego exigem um esforço conjugado e consolidado de todos os segmentos sociais do Estado, sob a coordenação do Governo do Estado e com a forte e integral participação dos diversos segmentos produtivos e da classe trabalhadora.

Deve-se ressaltar, por fim, a forte reflexão dirigida para a importância que as instituições de ensino superior exercerão no futuro do crescimento econômico do Rio Grande do Norte, considerando o processo de mudança, de inovação e de diversificação nas futuras relações sociais de produção e de distribuição de bens e serviços. Essas novas relações econômicas, contextualizadas em novas formas de integração de mercados, demandarão pesquisas e novos conhecimentos acerca das relações de produção apoiadas em contínuas mudanças tecnológicas que poderão ser amplamente absorvidas pela localidade uma vez que a base do conhecimento e preparo profissional e crítico dos indivíduos que dela fazem parte tenha como suporte a inovação e a sinergia exigidas nas novas relações da contemporaneidade.

O futuro da economia do Rio Grande do Norte exige que as entidades de ensino e pesquisa do Estado sejam integradas a todas as ações previstas em projetos públicos e privados. Elas são necessárias para atuarem em projetos de investimentos empresariais, de infraestrutura, ou no planejamento e avaliação de programas micro e macroeconômicos do Estado. Portanto, as instituições de ensino superior podem ser úteis para fins de planejamento estratégico de longo prazo de empresas e organizações sociais, basta que a devida abertura seja dada a esta parcela de grande peso da sociedade, profissionalizando a gestão pública e qualificando o setor privado de modo a preparar a sociedade norteriograndense para as oportunidades sinalizadas nesta pesquisa.

Estudo do professor José Eustáquio Diniz Alves (www.ie.ufrj.br/aparte), utilizando informações sobre as tendências dos principais agregados macroeconômicos

dos países, inclusive os demográficos, sugere que, em 2050, deverá ocorrer a continuada no padrão de vida médio da população de todo o planeta; redução da disparidade regional e pessoal de renda. O exercício de futurologia da economia mundial indica que, em 2050, a China deverá deter o maior PIB (US\$ 59 trilhões), seguido pela Índia (US\$ 43 trilhões), com os Estados Unidos (US\$ 38 trilhões) caindo para o terceiro lugar; que o PIB per capita dos Estados Unidos (US\$ 94 mil) ainda seria maior do que o dobro do da China (US\$ 42 mil); que a Alemanha (US\$ 81 mil), a França (US\$ 79 mil), o Reino Unido (US\$ 78 mil), o Japão (US\$ 75 mil) e o Canadá (US\$ 75 mil) continuarão a exibir os mais elevados padrões de vida (maiores produto per capita); e que o Brasil poderá apresentar um produto per capita de US\$ 45 mil, neste mesmo ano, equivalente ao registrado hoje nos Estados Unidos.

O Brasil poderá, conforme o estudo da PWH antes mencionado, deter, em 2050, o quarto maior PIB do mundo, com cerca de US\$ 10 trilhões, a preços de 2009. Deve-se ter um PIB cinco vezes maior que o atual, em termos reais. Nada mal, pois significaria uma melhoria impressionante no padrão de vida médio do brasileiro. Para que isso se torne uma realidade, o PIB real da economia nacional precisaria crescer, em média, 4,4% ao ano (FGV/IBRE, Conjuntura Econômica, vol. 65, nº 04, abril de 2011).

A participação da economia do Rio Grande do Norte nesse cenário vai exigir o planejamento e a execução de ações, em áreas estratégicas que exigem melhoria na qualidade: educação em geral (e da pública básica, em particular); gastos públicos (atualmente em estado muito precário); sistema tributário (a atual carga é elevada, porém ineficiente pela má aplicação); segurança pública (com sinais animadores no Rio, porém inconsistentes); saneamento básico (onde quase tudo ainda está por ser feito); estratégia da política cambial (a merecer reflexões para o longo prazo); e qualidade e amplitude da infraestrutura geral (estradas, portos, aeroportos).

Os cenários do futuro da economia mundial e da economia brasileira fortalecem os argumentos de priorização da educação, que é a base de tudo e da qual depende todos os demais avanços necessários para o que o país – e também o Estado – acompanhe o processo evolutivo do capitalismo contemporâneo. A preocupação com a educação decorre do fato de que, de 20 anos para cá, o país avançou muito no acesso aos bancos escolares, mas a ampliação desse alcance e a qualidade do ensino oferecido estão entre os desafios a serem superados. Na última pesquisa do Programa Internacional de

Avaliação de Alunos (Pisa) — que avalia estudantes com 15 anos completos —, realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ficou em 52º lugar entre os 65 analisados. Apesar de estar entre os três países que alcançaram a maior evolução no setor educacional na última década (em leitura, ciências e matemática), cerca de metade dos jovens brasileiros não passa do nível mais básico de compreensão (FGV/IBRE, vol. 65, nº 01, janeiro/2011). Este dado só contribui para a assertiva de que precisa-se fazer uma melhor leitura dos indicadores, avaliando o implícito dos números, juntamente às reais necessidades da sociedade, base para a constituição de uma região, país, mundo mais sustentável.

6 REFERÊNCIAS

AGN. **RN em números.** Central do investidor. Disponível em <www.centraldoinvestidor.rn.gov.br>; Acesso em 07/07/2011

BARRETO, Flávio Ataliba, FRANÇA, João Mário Santos de; Et. All. **Ensaio sobre pobreza** Nº. 16. LEA-CAEN-UFC, 2009. p. 16.

FGV. **Conjuntura Econômica** – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. <www.fgv.br/ibre/cecon> Acesso: em 01/7/2011.

RODRIK, Dani et al. **In search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth.** Editora da Universidade de Princeton, 2003.

REH, F. John. **What is benchmarking.** Disponível em <http://management.about.com>. Acessado em 06/11/2010.

RN, reunião decide rumos de parques eólicos do. Natal/RN; 2010. Disponível em <<http://www.nominuto.com>>; Acesso em 06/11/2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Parcerias estratégicas flexíveis:** Concepção e fundamentos da teoria. Atlas, 2010; p. 4.

MOURA, Grace Kelly lula de. **Investment Grade:** um enfoque nas expectativas econômicas do Brasil respaldado em perspectivas da atividade internacional do RN. Rio Grande do Norte: Facex, 2008, p. 68.

NATAL, Plano para o desenvolvimento sustentável da região metropolitana de. 2005. Disponível em <www.natal.rn.gov.br> ; Acesso em 08/11/2010.

PAC, obras do. Disponível em <<http://www.dilma.com.br>>; Acesso em 01/12/2010.

SEBRAE, PIB Norteriograndense. 2010. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>>; Acesso em 10/07/2011.

SILVA, Alinne Priscilla Dantas. **Balança Comercial do Rio Grande do Norte: Janeiro a Dezembro de 2010. 2011.** Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>>; Acesso em 10/07/2011.

SOUZA, Iberê Ferreira de. **O que a construção do Aeroporto de São Gonçalo representa para o RN?** 2010. Disponível em <<http://www.nominuto.com>>; Acesso em 16/07/2011.

SPITZ, Clarice. **Economia brasileira tem o maior crescimento desde 2004.** Folha Online. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br>> ; Acesso em 07/07/2011.

INVESTRN. **RN tem saldo positivo na geração de emprego em Setembro.** 2009. Disponível em <<http://www.investne.com.br>>. Acesso em 07/07/2011.

IPEA, Comunicado nº 86. **Relações comerciais e de investimentos com os demais países do BRICS.** Pag. 3, 25, 32, 34; 2011

OLIVEIRA, Kelly. **Estimativa do mercado para crescimento da economia em 2012 fica praticamente estável.** Disponível em <<http://www.agenciabrasil.ebc.com.br>> ; Acesso em 17/05/2011.

MIRANDA, Angelo Tiago de. **PAC – Programa de Aceleração do Crescimento: Avanços na área social e urbana.** 2007. Disponível em < <http://educacao.uol.com.br>>; Acesso em 10/12/2010.

Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior. Disponível em <www.mdic.gov.br> ; Acesso em 07/07/2011.

INSTANTE, último. **PAC deve fechar 2010 com 94% dos recursos executados. 2010.** Disponível em <<http://www.ultimoinstante.com.br>>; Acesso em 15/12/2010.

FREITAS, Eduardo. **Setores da economia.** 2011. Disponível em <<http://www.brasilecola.com>>; Acesso em 11/05/2011.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda: Inflação e Deflação** – São Paulo : Abril Cultural, 1983.

KUZNETS, Simon. **Teoria do Crescimento Econômico Moderno. Taxa, Estrutura e Difusão.** – Rio de Janeiro : Zahar, 1974.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia. Micro e Macro.** – 2. Ed. – São Paulo : Atlas, 2001.

VESTAS, **Entrevista sobre a atividade eólica no RN.** 19/02/2011.

ZPEMACAIBA. **Zona de Processamento de Exportação.** 2010. Disponível em <<http://www.zpemacaiba.com>>; Acesso em 16/07/2011.